

PRODUÇÃO AGRÍCOLA E NÃO AGRÍCOLA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO RIO DOS COCHOS, JANUÁRIA/CÔNEGO MARINHO, MG

Camila da Silva Freitas¹
Eduardo Magalhães Ribeiro²

RESUMO

Este artigo apresenta como objetivo descrever a produção agrícola e não agrícola dos agricultores familiares do rio dos Cochos, municípios de Januária e Cônego Marinho, norte de Minas Gerais. Especificamente se propõe a descrever o processo produtivo a partir do manejo do ambiente e relatar os destinos da produção. Foram realizadas pesquisas qualitativas e quantitativas. Percebeu-se que as atividades agrícolas e não agrícolas são feitas a partir do profundo conhecimento do ambiente. O destino da produção é diverso: autoconsumo, troca, alimentação animal e venda. O estudo conclui que iniciativas de apoio devem considerar o manejo ambiental que os agricultores fazem.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar, desenvolvimento rural, norte de Minas Gerais

ÁREA TEMÁTICA: Políticas públicas

¹ Doutoranda em Ciências Sociais/IFCH pela Unicamp.

² Professor do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG).

1 INTRODUÇÃO

A região do rio dos Cochos é marcada pela presença da agricultura familiar. Esses agricultores vivem em oito comunidades rurais que ficam ao longo do curso do rio: Cabeceira dos Cochos, Sambaíba, Sumidouro, Roda d'Água, Mamede, São Bento, Bom Jantar e Baruzeiro. Eles carregam uma história de trabalho e ocupação da terra que vem se alterando ao longo do tempo.

O manejo do ambiente é baseado em conhecimentos ancestrais. Um manejo localizado, específico para aquele determinado tipo de ambiente que possibilitou que essa população se estabelecesse na região há, pelo menos, dois séculos. Cada um dos muitos agroambientes existentes na região exige um conhecimento e um manejo específico.

Mas, o acesso a esses variados espaços produtivos começou a ser limitado a partir da década de 1970, por conta da incorporação de técnicas intensivas aos processos de produção agrícola. Até os anos 1940, acreditava-se que o cerrado era improdutivo. Depois, a aplicação da biologia, da mecânica e da química revelou que esse bioma poderia ser agricultável, desde que fossem feitas correções no solo e utilizadas plantas adaptadas ao meio.

A partir da década de 1970 iniciou-se um processo de ocupação intensiva em regiões de cerrado. Para torná-lo agricultável, foi necessária a inserção de insumos químicos e de maquinário, para criar uma agricultura tecnificada. Esta nova agricultura desconsiderou, no entanto, a população rural que vive na região e é detentora de saber local sobre o ambiente, conhecimentos estes também desconsiderados na modernização da agricultura.

Assim, ocorreu uma tomada de terras associada ao avanço da agricultura modernizada, e a dinâmica de trabalho dos agricultores do Norte de Minas seria radicalmente transformada. Foram incentivados a sistematização das várzeas, o plantio de eucalipto e a criação extensiva de bovinos, resultado da parceria entre setor público, agropecuárias e indústria siderúrgica. Com isso, muitas das áreas utilizadas em comum pelos agricultores foram tomadas. Além disso, a pressão sobre os recursos naturais só aumentou. Essa pressão se manifestou no processo de degradação das águas e da terra por dois motivos, basicamente: o assoreamento dos leitos dos rios, provocado pela erosão decorrente do plantio de eucalipto e a pressão sobre o ambiente, que começou a ocorrer devido à diminuição de áreas agricultáveis para agricultores familiares.

Porém, já na década dos 1980, os subsídios governamentais foram acabando, o que fez com que as empresas que lá se instalaram abandonassem essas áreas. No entanto, não abandonaram da maneira como a encontraram. Levaram junto a água (cuja escassez é remetida, em grande parte, aos eucaliptais e à sistematização de várzeas) e a qualidade do solo (pelo processo de erosão e assoreamento do leito dos rios).

Nesse caldo de acontecimentos, várias comunidades de agricultores iniciaram a retomada dessas áreas num processo que focava a reprodução dos sistemas produtivos e a conservação ambiental. Reagiram contra este processo refazendo as técnicas de conservação da natureza baseadas em seus conhecimentos ancestrais. Com a iniciativa dos agricultores de retomar parte de seu território que havia sido destinado às monoculturas e a busca da junção entre produção e conservação ambiental, surgiu a

necessidade de organização desses agricultores³. Esse esforço desembocou, então, na criação de formas organizativas próprias. Havia, nas comunidades, pessoas de referência, inseridas no movimento sindical, nas comunidades eclesiais de base e nos movimentos religiosos. A Cáritas Diocesana de Januária e a Emater-MG são organizações que apoiaram essas iniciativas incipientes e, no ano de 2003, foi criada a Associação dos Usuários da Sub-Bacia do rio dos Cochos, a Assusbac, composta por agricultores das comunidades rurais abrangendo os municípios de Januária e Cônego Marinho. Nesse processo de organização, apenas duas comunidades drenadas pelo rio, Baruzeiro e Bom Jantar, não se inseriram na proposta.

A Assusbac surgiu da organização dos agricultores com a proposta de recuperação e conservação ambiental do rio dos Cochos. Revitalização que passaria a ser feita numa perspectiva de combinar técnicas conservacionistas correntes, associadas ao conhecimento científico e conhecimento tradicional dos agricultores, valorizando suas práticas ambientais e sua cultura.

A partir desse contexto, este artigo apresenta como objetivo fundamental descrever a produção agrícola e não agrícola dos agricultores familiares do rio dos Cochos, situados nos municípios de Januária e Cônego Marinho, norte de Minas Gerais. Especificamente se propõe a descrever o processo produtivo a partir do manejo do ambiente e relatar os destinos dessa produção.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O rio São Francisco e a ocupação humana no alto médio São Francisco

O rio São Francisco, que nasce na serra da Canastra, no sudoeste de Minas Gerais, forma uma bacia de 640 mil quilômetros quadrados, que cobre cerca de 7,5% do território nacional. Suas águas se encontram em território exclusivamente brasileiro. É conhecido como o “rio da unidade nacional”, por ter tido forte influência na colonização do interior do país (PIERSON, 1972).

Coelho (2005, p. 29) relata a importância da bacia do rio São Francisco:

sendo a porta de entrada para o território das minas e de todo o interior, ele também foi a rota para serem atingidos os campos do Piauí e Maranhão, assim como a bacia do Tocantins-Araguaia e do Paraná. Como o São Francisco foi o ponto de irradiação da pecuária, ele se converteu no eixo das comunicações litorâneas e as do sertão do Piauí.

Na região mineira que vai da bacia do rio Grande às proximidades das nascentes do Jequitinhonha se concentrou grande parte do povoamento, nos séculos XVII e XVIII. As principais aglomerações eram Vila Rica (hoje, Ouro Preto), Mariana, Caeté, Sabará, Vila do Príncipe (hoje, Serro) e Arraial do Tejuco (hoje, Diamantina). Eram áreas de intensa atividade de mineração de ouro e diamantes (PRADO JÚNIOR, 2007). A área

³ Sobre a organização de populações tradicionais para a retomada de territórios, consultar D'Angelis e Dayrell (2006), que descrevem situação semelhante à vivida pelas populações do rio dos Cochos, na região da Serra Geral no Norte de Minas.

do rio São Francisco, que depois veio a ser Minas Gerais, abastecia a região mineradora de alimentos e insumos.

Coelho (2005) informa que os currais do São Francisco antecederam a atividade mineradora. Desde o século XVI já se iniciara um processo vagaroso de ocupação da região. Quando os bandeirantes paulistas, no século XVII, descobriram jazidas de ouro no rio das Velhas, “já os nortistas haviam levado as suas boiadas e currais até a zona do ouro” (WILSON LINS, 1952 citado por COELHO, 2005, p. 29).

Nesse sentido, o autor considera que o desenvolvimento da pecuária no vale do São Francisco teve forte colaboração para o sustento da mineração, ela forneceu a base para o abastecimento alimentar que sustentou a corrida para a mineração desde lugares mais distantes do litoral. Além disso, esses animais eram imprescindíveis nas minas como força motriz em atividades da agricultura e indústria, sendo, por muito tempo, o único meio de transporte para pessoas e cargas (COELHO, 2005).

A população que habitou a bacia do rio São Francisco criou um modo de vida com características singulares, que se expressa nas relações com a natureza e na cultura. Até o século XVI, a região que veio a ser a região do alto-médio São Francisco, no século XIX, era habitada essencialmente por índios. Coelho (2005) analisa que, devido à fertilidade das ilhas dessa bacia, estabeleceram-se ali várias tribos do tronco Jê, que cultivavam principalmente mandioca, milho e feijão.

Com a chegada dos colonizadores, em fins do século XVI e no século XVII, os índios foram expulsos de suas terras, escravizados ou mortos. Porém, para a conquista dessa região, era necessária a utilização dos conhecimentos sobre o ambiente que as tribos possuíam (HOLANDA, 2004; RIBEIRO, 2005). No mesmo século, o vale médio do rio São Francisco era habitado também pelos criadores de gado que, segundo Coelho (2005), antecederam os bandeirantes.

Com isso, se formou uma sociedade singular em todo o vale do São Francisco. No que veio a ser o alto-médio São Francisco surgiu uma população com tais características, que se expressou em seu modo de vida, sua cultura, seu manejo dos recursos naturais.

A população de agricultores familiares estudada possui características muito semelhantes às das populações tradicionais. Optou-se, neste texto, por considerá-la como agricultores familiares devido à própria consideração local. Algumas das características das populações tradicionais percebidas nos agricultores familiares estudados nesta pesquisa são:

- a) dependência com a natureza, seus ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração das estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transmitido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação deste território por várias gerações;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica e comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das

atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, seu impacto é limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam o processo de trabalho até o produto final (DIEGUES, 2001, p. 88).

Já o conceito de agricultura familiar recebe a colaboração de Lamarche (1998), que considera que, para a caracterização da agricultura familiar, são essenciais a relação entre os membros da família, a relação da família com a terra e o gerenciamento da unidade de produção pela própria família que a explora.

As populações tradicionais rurais do norte de Minas recebem também algumas denominações específicas, de acordo com suas relações com os diversos agroambientes. Costa (2006) caracteriza como “vazanteiros” aqueles que vivem nas vazantes do rio. Há aí uma diferença significativa entre vazanteiro e barranqueiro que deve ser esclarecida. Os primeiros, segundo o autor, vivem nas vazantes de rios da região, enquanto os barranqueiros vivem nas vazantes do rio São Francisco. Os “catingueiros” ocupam a mata seca ou catinga, enquanto os geraizeiros se concentram em planaltos, encostas e vales do bioma Cerrado.

Galizoni (2005) também encontrou denominações específicas relacionadas ao manejo dos ambientes de populações tradicionais da região de Januária:

vazanteiros são lavradores que plantam na estação seca, nas margens do rio; geralistas são agricultores que dividem sua lida extraíndo recursos da natureza, plantando pouco mantimento na época das chuvas e muito na seca nos brejos das veredas; e lavradores da mata são agricultores que dependem essencialmente do período das chuvas para seus cultivos (GALIZONI, 2005, p. 127).

Essas denominações estão profundamente relacionadas com o tipo de ambiente e manejo que é feito. As vazantes propiciam uma agricultura bem específica e localizada no decorrer de um ano. Na vazante do rio é possível encontrar um solo extremamente fértil, devido à deposição de matéria orgânica, em decorrência das cheias. Quando o rio começa a refluir, deixa considerável quantidade de matéria orgânica que será utilizada pela população para os cultivos, principalmente de milho, abóbora e feijão (DAYRELL, 1998).

2.2 Januária e Cônego Marinho: ocupação humana e ambiente

Januária é um município localizado na margem esquerda do rio São Francisco, na região média do rio, que vai de Pirapora a Santana do Sobradinho, compreendendo um trecho de 1.328 km. O município é banhado ainda pelos rios Pardo, Pandeiros e Carinhanha, fazendo limite com os municípios de Formoso, Chapada Gaúcha, Pedras de Maria da Cruz, Itacarambi, Bonito de Minas e Cônego Marinho (PEREIRA, 2004).

Um das comunidades pesquisadas, Cabeceira dos Cochós, pertence ao município de Cônego Marinho, que foi desmembrado de Januária no ano de 1995,

tornando-se autônomo. Atualmente, conta com cerca de 4.543 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE, 2010).

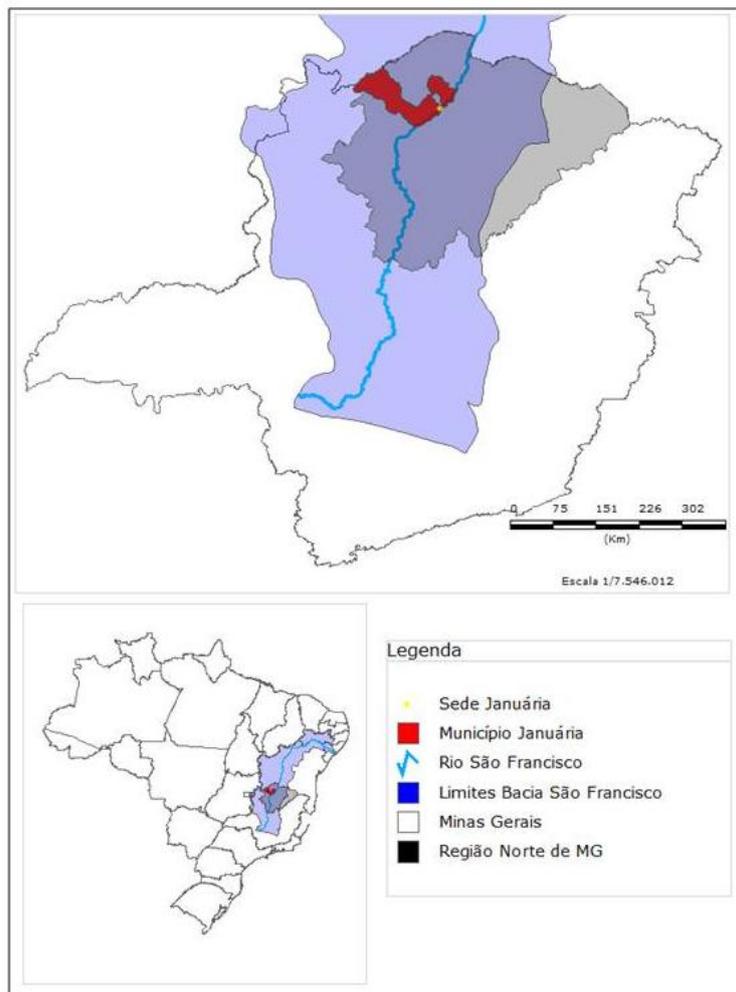


Figura 1 Bacia do rio São Francisco, destacando o norte de Minas Gerais e o município de Januária. Fonte: ANA (2016)

O município tem um histórico de ocupação humana que se iniciou no século XVIII, quando a margem esquerda do rio fazia parte da capitania de Pernambuco e era ligada ao ciclo do ouro e da mineração (PEREIRA, 2004).

Várias foram as expedições que adentraram a região que veio a ser o norte de Minas. Na conquista de Januária, consideram-se duas expedições: a de Espinosa, em 1554, que atingiu a barra do córrego Mangaí (região de Januária) e a efetiva conquista pelas tropas de Matias Cardoso, em 1690, além da vitória sobre a tribo dos caiapós, alcançada pela expedição de Manuel Pires Maciel (PEREIRA, 2004).

Pereira (2004), estudando a ocupação de Januária, concluiu que a expedição de Matias Cardoso que ocupou a região teve várias dificuldades na guerra com os índios. Na região havia considerável concentração de caiapós, expulsos do litoral pelos portugueses que adentraram o interior do país. Na região de Januária, venceram os colonizadores (expedição de Manuel Pires Maciel, no século XVIII), que dizimaram grande parte desta etnia, escravizaram outra parte e os que sobreviveram fugiram para regiões mais interioranas ainda.

Januária começou a se formar sob a influência da pecuária e da localização às margens do rio São Francisco, que propiciou o comércio com a Bahia e outras regiões do Norte de Minas (PEREIRA, 2004).

No caso da pecuária, a criação dos currais, originários dos bandeirantes paulistas, se expandiu do rio das Velhas na direção do Carinhanha, no século XVII (RIBEIRO, 2005). Já no século XVIII, o Brejo do Salgado⁴ era considerado o maior empório comercial entre o alto e o médio São Francisco, de onde saíam boiadas para o rio das Velhas (PEREIRA, 2004). Percebe-se, portanto, que a localização geográfica de Januária possibilitava o comércio com a Bahia e Minas Gerais (PEREIRA, 2004; PIERSON, 1972). Esta situação, porém, começou a se modificar já em meados do século XVIII. Pereira (2004) considera que a região perdeu a hegemonia na rota do comércio por volta de 1763, com a abertura do caminho novo entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, deslocando de Salvador para o Rio de Janeiro o transporte de mercadorias e escravos.

Iniciou-se, a partir deste momento, um comércio regional e local com a utilização de recursos de origem vegetal, como madeiras de lei, buriti e frutos silvestres. No caso de Januária, cachaça, rapadura e óleo de pequi passaram a ter significativa contribuição comercial nesses mercados.

Os recursos naturais da região de Januária foram a base da sua economia. A população utiliza esses recursos que são percebidos de forma muito particular. Galizoni (2005), baseando-se no conhecimento local, indicou a classificação do ambiente feita pelas populações rurais.

As vazantes são áreas localizadas na beira do rio São Francisco, fertilizadas pelas águas que as drenam em algumas épocas do ano. As árvores típicas de vazante são pau-jaú, mangue, alagadiço e jomerim. As lavouras são plantadas na estação seca, aproveitando a umidade do solo e os principais cultivos são: abóbora, melancia, mandioca, milho e feijão (GALIZONI, 2005).

Já as áreas de mata “são formadas por terras firmes, acima das vazantes do rio, onde as inundações não chegam” (GALIZONI, 2005, p. 134). São áreas com grande fertilidade natural, sendo propícias para o feitiço de lavoura. As principais árvores que indicam áreas de mata são: “pau d’óleo, aroeira, emburana, o pau preto (também conhecido por braúna), pau de rato, o pau d’arco (também conhecido por ipê), aroeira, jacarandá, pereira e tamboril” (GALIZONI, 2005, p. 134). Os principais gêneros cultivados são: mandioca, milho, feijão de corda, cana-de-açúcar e abóbora. Já as áreas de gerais, segundo a autora,

são terras arenosas com vegetação baixa e retorcida localizadas em chapadões (planaltos). São terrenos considerados fracos para o plantio de lavoura e identificados principalmente por vegetação baixa composta por arbustos como cajuí, murici, cajuzinho e grão de galo, entrecortados por árvores como o pequi, cabeça de negro (araticum), pau d’olinho, folha larga, sucupira, mangaba e jatobá (GALIZONI, 2005, p. 139).

Em áreas de gerais, ainda são encontradas especificidades de ambientes, que podem ser divididos em veredas, pantames, carrascos, campinas, capões e chapadas. As

⁴ Atualmente, Januária, no norte do estado de Minas Gerais. Para mais detalhes sobre a denominação, consultar Barbosa (1995), em Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais.

veredas são mananciais de água corrente, nos quais há a presença garantida da palmeira buriti e árvores como a pindaíba. Já os pantames “são as áreas de brejarias em torno das veredas onde as famílias fazem plantio” (GALIZONI, 2005, p. 139).

Há, ainda, a divisão de gerais em dois tipos, segundo descreve Galizoni (2005): os gerais com água, onde ficam os embrejados de veredas e são cultivados feijão e cana, por exemplo e o gerais sem água, onde é possível extrair os frutos do mato e há grande concentração de remédios naturais, lenha, sendo o lugar onde o gado fica na solta. São áreas, geralmente, utilizadas em comum pelos agricultores.

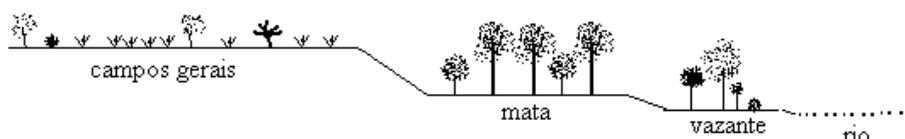


Figura 3 Paisagem da região de Januária, de acordo com a classificação dos agricultores. Fonte: Galizoni (2005).

2.2 O rio dos Cochos: histórico de ocupação humana e localização das comunidades pesquisadas

As seis comunidades rurais que ficam no rio dos Cochos (Cabeceira dos Cochos, Sambaíba, Sumidouro, Mamede, São Bento e Roda d'Água) que foram estudadas são marcadas pela presença da agricultura familiar, assentadas em pequenas unidades produtivas adquiridas, geralmente, por herança. Há algumas poucas fazendas. A ocupação da terra por essas famílias data de 200 anos, aproximadamente e cada comunidade tem um histórico de ocupação diferente uma da outra ou, pelo menos, com algumas particularidades. Há referência dos agricultores a uma ancestralidade indígena na ocupação humana da região, conforme explicou senhor Geraldo Matos, da comunidade de Roda d'Água: “ninguém chegou a conhecer os índios, só a estrutura que deixaram” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)⁵.

A comunidade de Sambaíba, por exemplo, segundo relato dos agricultores, foi ocupada, inicialmente, por apenas uma família, os Rodrigues. Já a comunidade de Mamede foi inicialmente habitada pelas famílias Magalhães e Rodrigues. Segundo os agricultores, a comunidade em que existe mais relação de parentesco entre os moradores é a Roda d'Água. São aproximadamente 50 famílias, a maioria com relação de parentesco entre si. A comunidade de São Bento se formou a partir de três famílias: Matos, Viana e agricultores que emigraram da Bahia.

Na comunidade de Cabeceira dos Cochos também existe relação de parentesco próximo entre seus moradores, conforme depoimentos dos agricultores e também como descrito por Galizoni (2005), que identificou nela, no ano de sua pesquisa, a existência de vinte famílias, das quais apenas três não pertenciam ao mesmo tronco de parentesco.

⁵ MATOS, Geraldo. Comunidade de Roda d'Água. Januária/MG. 2009.

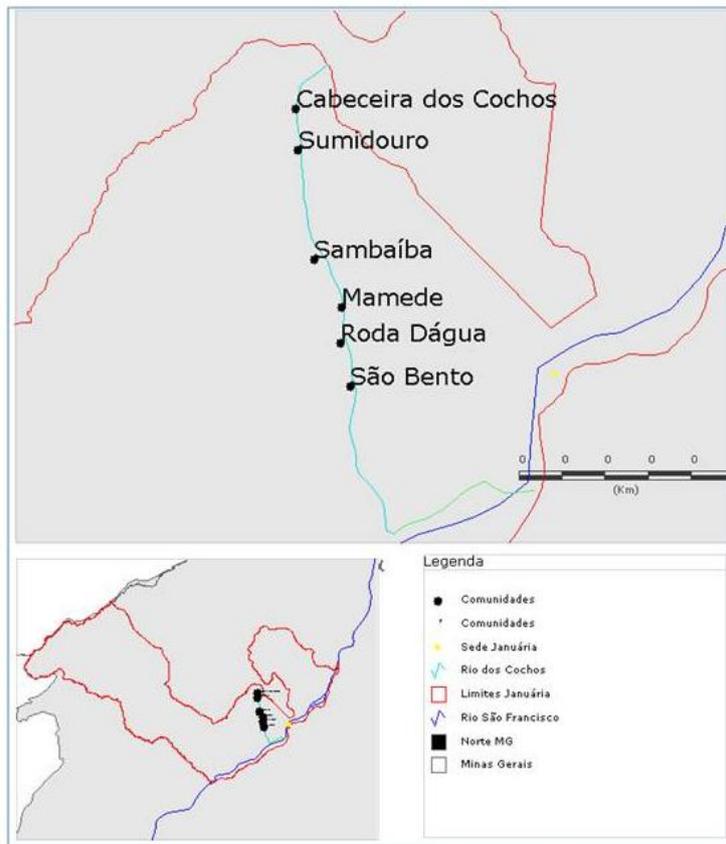


Figura 2 Mapa das comunidades rurais pesquisadas. Fonte: ANA (2010)

A paisagem do rio dos Cochos é discriminada em cinco tipos de ambiente distintos, segundo os agricultores, que são diferenciados, basicamente, pela existência ou ausência de determinadas plantas, pela topografia e pela fertilidade, cor e textura do solo.

Os ambientes identificados e manejados pelos agricultores são: i. gerais, em que domina a vegetação de Cerrado; ii. mata, em que existe a terra fértil denominada de cultura; iii. capão, que é a formação de mata em meio a uma área de gerais; iv. vereda, os cursos de água ornados por buritis; v. terra de tabuleiro ou terra de transição, onde aparecem sinais de mata, capão e cerrado, no solo e na vegetação.

Cada um desses ambientes é utilizado para uma atividade produtiva específica; são depósitos de plantas específicas, exigem um cuidado específico e merecem uma atenção diferenciada. No dizer da agricultora D. Júlia Almeida, da comunidade de São Bento: “cada tipo de terra é uma criança diferente que tem que ser cuidada para dar frutos fortes” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)⁶. Os gerais, tipo de cerrado daquela região, são as áreas localizadas nos planaltos (chapadões), de baixa fertilidade para o cultivo agrícola, mas muito ricas em lenha, madeira, pastagem, plantas medicinais e frutos. São utilizadas pelos agricultores para coleta extrativista e pastagens e muito importantes também por serem áreas de recarga de nascentes.

Já as áreas de mata, ou terra de cultura, são aquelas nas quais a fertilidade da terra para o cultivo agrícola é grande. A terra é mais escura que nos gerais, quase nunca pedregosa, terra firme-argilosa.

⁶ ALMEIDA, Júlia. Comunidade de São Bento. Januária/MG. 2009.

As casas dos agricultores são, geralmente, construídas em áreas próximas às terras de cultura, pela proximidade com a lavoura e a água. Ficam próximos às casas também os quintais domésticos, onde são encontrados os pomares e as hortaliças no tempo das secas, importante também como complementação na pauta alimentar das famílias do rio dos Cochos.

As terras denominadas de capão são faixas de terras férteis em meio a áreas de gerais. De acordo com Jacy Borges, agricultor da comunidade de São Bento, “o capão é um pedaço de mata em áreas de gerais. Capão é a terra de mata. É uma parte dos gerais que é usada para plantar milho, é uma terra boa” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)⁷. Os indicativos de área de capão são o solo e a presença de árvores como a aroeira e a imburana. Como mostra Jacy Borges, “o capão tem árvores de porte menor, como o angico por exemplo.

O capão não tem água, é só de árvores. É uma área de mata, mas são pequenas manchas de mata dentro dos gerais” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)⁸. Existem, ainda, as áreas de transição, ou tabuleiro, como são conhecidas na região. Essas terras se encontram na transição entre a mata e os gerais, ao contrário do capão, que são manchas de terras férteis (mata) em áreas de gerais. As áreas de vereda são, de acordo com Jacy Borges,

onde se encontram as terras mais fracas. Localizadas próximas ao rio, formam um espécie de brejo. A vereda é única, é específica, pela presença de plantas e pela característica do solo. Nas veredas é difícil de plantar. Aproveitam os baixios, que são mais fortes onde antes os agricultores plantavam arroz, feijão e cana (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)⁹.

Para a composição total das atividades cultivo de gêneros agrícolas, pastoreio de animais e coleta agroextrativista, há uma situação extremamente específica: é preciso combinar a terra, a época do ano, a relação com a água e a lua correta para o feitio de determinada atividade, além da relação entre os próprios agricultores, como realização de mutirões, trabalho familiar, uso comum de determinada área de terra, enfim, todo um conjunto de relações que extrapolam o cartesianismo da produção agrícola em larga escala.

Como a paisagem muda nas comunidades rurais do rio dos Cochos, muda também o manejo com a terra. As atividades são realizadas de acordo com o que a *ciência daquela terra* indica ao agricultor.

Os agricultores, como parte de suas estratégias de reprodução social, praticam diversas atividades, como lavoura, criação de gado e, em maior ou menor escala, a coleta extrativista. As atividades são feitas em intensidades diferentes e isso tem uma justificativa muito lógica para os agricultores: “a gente faz o que a terra possibilita” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)¹⁰, expressão que mostra a importância do conhecimento tradicional para a lida com o ambiente.

⁷ BORGES, Jacy. Comunidade de São Bento. Januária/MG. 2009.

⁸ _____. Comunidade de São Bento. Januária/MG. 2009.

⁹ _____. Comunidade de São Bento. Januária/MG. 2009.

¹⁰ BORGES, Jacy. Comunidade de São Bento. Januária/MG. 2009.

É interessante observar, ao fazer o trajeto ao longo do rio dos Cochos, passando pelas seis comunidades, quão realmente é diversa a paisagem e o que isso significa para os agricultores que, embora próximos, geograficamente, tem suas atividades condicionadas a o que aquele ambiente específico proporciona em determinada época do ano.

As comunidades de Cabeceira dos Cochos e Sumidouro são marcadas pela presença maior de gerais, e as áreas de mata e capão ocupam menores superfícies, quase não se percebe. O ambiente facilita algumas atividades e dificulta outras. A coleta extrativista e a criação de gado na solta são, portanto, utilizadas pelo que a natureza disponibiliza, além do uso de plantas medicinais e lenha. Já a atividade de lavoura é mais difícil de ser praticada pelos agricultores dessas comunidades porque as terras férteis são escassas. Segundo os agricultores, nas comunidades em que há atividade agroextrativista mais intensa ela está relacionada não à quantidade de terra que as famílias possuem, mas à qualidade da terra. Em terras melhores para o plantio, a atividade agroextrativista é feita de maneira menos intensa.

Galizoni (2005), ao estudar a comunidade rural de Cabeceira dos Cochos, relatou essa diversidade de atividades em ambientes específicos: plantio de gêneros alimentícios em áreas de brejo, como sendo a única área possível de fazer lavoura; coleta extrativista e solta de gado em área de gerais.

Já as comunidades de São Bento, Roda d'Água e Mamede se caracterizam por uma presença maior de áreas de mata. A lavoura é facilitada pelo ambiente, já que as comunidades dispõem de quantidade maior de terras férteis para o cultivo agrícola e também há a presença da criação de gado. Há, mesmo, na comunidade de Roda d'Água, um laticínio que recebe a produção leiteira.

3 METODOLOGIA

O método guia escolhido foi o estudo de multicasos que permite a observação detalhada de uma comunidade ou indivíduo, possibilitando a pesquisa em que se analisa uma unidade profundamente (GODOY, 1995).

Nesta pesquisa, o estudo de multicasos não se refere à comparação entre os casos estudados, mas ao fato de terem sido estudadas seis diferentes comunidades, que fazem parte de uma mesma unidade de análise: o rio dos Cochos.

A realização das entrevistas foi facilitada e decidida conjuntamente entre as organizações participantes da pesquisa. Primeiro, decidiu-se que seriam feitas pesquisas nas mesmas comunidades em que está sendo realizado o trabalho de recuperação e revitalização do rio dos Cochos por essas organizações, ou seja, as comunidades de Cabeceira dos Cochos, Sambaíba, Sumidouro, Roda d'Água, Mamede e São Bento. As outras duas comunidades que fazem parte da sub-bacia (Baruzeiro e Bom Jantar) não foram incluídas na pesquisa pelo fato de o Projeto de Recuperação e Revitalização não ter ações nelas.

Esta decisão é justificada pela possibilidade de garantir um detalhamento maior nas informações obtidas em campo, que poderiam servir de subsídio ao trabalho de revitalização do rio dos Cochos.

A Assusbac fez um levantamento de quantas famílias existiam nas seis comunidades em que seria realizada a pesquisa. A partir disso, ficou definida a amostra da população que seria entrevistada. Definiu-se 15% do total das famílias rurais que

vivem na sub-bacia, o que totaliza algo em torno de 50 famílias, distribuídas entre as comunidades.

O método para a escolha das famílias entrevistadas foi a amostra não probabilística por julgamento. Bruyne et al. (1991) descreve esse tipo de amostra como sendo aquela em que todos os indivíduos de uma determinada população podem ser escolhidos para a entrevista. Caso haja critérios para a composição da amostra esta deve ser respeitada.

Para o caso estudado, respeitaram-se os seguintes critérios: densidade populacional de cada comunidade para decidir quantas famílias seriam entrevistadas em cada uma delas; tamanho e composição da família, que indica a força de trabalho disponível; faixa etária média do casal, que aponta a presença de filhos adultos, aposentados e formas compensatórias de renda e comercialização da produção agroextrativista (PPJ, 2009).

Como a ASSUSBAC mantém laços de proximidade estreitos nessas comunidades rurais, ficou decidido que o agendamento das pesquisas, bem como a explicação dos objetivos seriam feitos pela associação.

A visita prévia a pessoas da própria comunidade facilita também o trabalho do pesquisador. Este não é mais visto como um estranho, alheio àquela comunidade; se forem de confiança de pessoas das comunidades, são de confiança dos demais que habitam aquela determinada comunidade rural (HAGUETTE, 1987).

Isso exige do pesquisador também responsabilidade. Toda a comunidade passa, de fato, a confiar naquela pessoa porque confia na pessoa que o levou até ali. Por isso é essencial o trabalho sério e comprometido do pesquisador. Se este perde o voto de confiança que a comunidade depositou nele, é possível que a pessoa que o levou até ali também seja vista com desconfiança por toda a comunidade.

Definidos os critérios, selecionadas as famílias e agendados dias e horários, partiu-se, então, para a realização das entrevistas. Para isso, lançou-se mão de outras técnicas de abordagem nas ciências sociais, que foram: história oral, observação não participante e a utilização de questionário não estruturado de entrevistas, caderno de campo.

Utilizou-se, ainda, o grupo focal que, segundo Malhotra (2001), é uma entrevista realizada com um grupo de pessoas, geralmente coordenadas pelo pesquisador. O objetivo principal desta técnica é obter uma compreensão aprofundada a partir da fala das pessoas sobre temas de interesse do pesquisador. É baseada em roteiros de pesquisa, com o objetivo de focar no tema abordado.

O grupo focal foi utilizado em várias etapas da pesquisa de campo, a fim de criar complementaridade das informações obtidas nas entrevistas com as famílias. Optou-se por um estudo descritivo, em que o foco central foi conhecer a interpretação que os sujeitos fazem de determinada realidade (GEERTZ, 1989).

A história oral ou, como também é conhecida, história de vida, é definida, de acordo com Côrrea (1978) é “a designação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de memórias gravadas para servirem de fontes primárias a cientistas sociais” (CORRÊA, 1978, p 38).

Foi utilizada a entrevista não estruturada. Ela parte de questionamentos bases, apoiados em teorias e hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes. Dessa maneira, o informante, seguindo a linha de seu pensamento e de sua experiência dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (HAGUETTE, 1987).

Os principais temas abordados nas entrevistas não estruturadas (com as famílias e em grupo) foram: histórico da atividade agroextrativista; processo de produção; comercialização e participação em formas organizativas sociais e econômicas. Estes temas, é claro, permitiram o direcionamento da entrevista, mas não sua limitação, ao passo que, quando novos temas iam surgindo, os quais demonstravam ser da maior relevância para os agricultores, eles foram sendo incorporados e, posteriormente, analisados.

É interessante observar que o roteiro de entrevistas não é uma camisa de força para o pesquisador, mas, antes, um leme que orienta e dá a direção. Foi com esse intuito que se utilizou desta técnica de pesquisa.

A observação não participante também foi utilizada na coleta de dados. Nela, de acordo com Alencar (1999), o pesquisador observa, percebe uma determinada situação, faz anotações sobre o que lhe parece mais importante, baseado nos roteiros que utiliza, porém, não interfere na descrição sobre determinado assunto dado pelo entrevistado. Não há participação nas informações, apenas a observação delas.

No mês de agosto de 2007 foram feitas entrevistas com 15% das famílias das seis comunidades rurais que apontaram “especialistas”, pessoas que são referência nas comunidades por terem um conhecimento profundo em recursos naturais e processo de produção agroextrativista. A partir dessas indicações ocorreram as primeiras entrevistas.

Nos meses de outubro e novembro de 2007 ocorreram as campanhas de campo para o conhecimento da atividade agroextrativista dos agricultores do rio dos Cochos. Nova campanha de campo foi feita em outubro de 2008, para a realização das entrevistas restantes que fossem necessárias. Todas as entrevistas realizadas em 2007 e 2008 foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. As anotações do caderno de campo também foram de grande valia na complementação dessas informações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os agricultores familiares da região do rio dos Cochos realizam um leque diversificado de atividades que possibilita a reprodução de sua unidade de produção. O trabalho familiar, a gestão da unidade de produção feita pela família e a propriedade dos meios de produção são alguns dos fundamentos do sistema de reprodução social destas populações.

Essa reprodução pode também ser percebida na sua cultura, no seu modo de interação com a natureza e, principalmente, na diversificação de atividades, que são todas realizadas pela família, cada qual com sua função bem definida.

Nos quintais e lavouras das famílias rurais existe uma diversidade de cores, cheiros e variados tamanhos de plantas que, muitas vezes, são desconhecidas para o visitante. Encontra-se grande variedade de tipos de feijões, abóboras, milho e mandioca. Essa é a lavoura básica, mas há ainda os “miúdos”, representados pelas hortaliças e temperos, como alface, cebolinha, couve e coentro, entre tantos outros cultivos.

Os animais, por sua vez, complementam a paisagem diversa. São grandes e pequenos, como o gado e as galinhas, os mais comumente vistos, além da criação de suínos. Os frutos do extrativismo terminam por completar as atividades dos agricultores; eles servem para consumo humano, alimentação animal, fabrico de artesanato e uso medicinal.

Toda essa produção tem destino certo para garantir a reprodução social das famílias de agricultores. É o autoconsumo, que garante a segurança e a soberania

alimentar. É o tempero e o preparo singular de cada alimento que dão vida à comida do lugar e mostram sua importância cultural.

Além do autoconsumo, também há a troca, realizada com frequência. A troca de alimentos, de animais ou outro item tem um aspecto único: representa a valorização do trabalho alheio. A troca, por exemplo, de farinha de mandioca por rapadura é considerada justa para ambas as partes.

Para completar, existe a comercialização da produção da agricultura familiar. Essa produção se destina a diversos canais, como mercados locais, regionais, nacionais e institucionais.

A produção agrícola no rio dos Cochos é bastante diversa. Milho, mandioca, feijão e cana-de-açúcar são as “lavouras básicas”. Alguns agricultores se dedicam à produção e à comercialização de urucum, hortaliças e coco-bahia. Alguns gêneros frutíferos são muito comuns também, como laranja, goiaba e manga, que são escoados via mercado local: na feira livre de Januária e nas vendas de porta em porta para consumidores desse município.

O milho é plantado em terras de cultura ou em áreas de brejo. A época adequada para o plantio é, geralmente, o início de outubro, quando começam a cair as primeiras chuvas. A partir daí pode-se começar o preparo do solo para receber as sementes de milho, geralmente sementes crioulas¹¹ trocadas entre os agricultores ou guardadas por eles entre as melhores sementes da safra passada (PPJ, 2009).

Em meados de agosto é feita a “limpa do terreno”. Utiliza-se o fogo controlado quando o plantio é de sequeiro. Quando caem as primeiras chuvas é feito, então, o plantio do milho. Em torno de 15 a 20 dias após o plantio, é realizada a limpa do terreno com enxada, a fim de retirar o mato que cresce junto e “sufoca” a produção.

Os agricultores do rio dos Cochos plantam milho para, basicamente, duas finalidades: autoconsumo e alimentação animal. O autoconsumo garante a segurança alimentar, por meio, geralmente, da produção processada: mingau, curau e pamonha. Já a alimentação animal permite reduzir custos dos agricultores, servindo como produto de consumo intermediário ou indireto.

A comercialização praticamente não é feita, devido à escala de produção. Os agricultores do rio dos Cochos não conseguem produzir a preços mais baixos que produtores especializados de outras regiões do país de forma competitiva. Mas, essa produção é essencial na complementação das demais atividades, pela relevância relacionada à segurança alimentar e à alimentação animal.

O cultivo da mandioca faz parte também da composição da lavoura básica. O início da plantação, assim como no caso do milho, é no começo das águas. Alguns agricultores preferem iniciar o plantio em começo de dezembro, quando a terra já está bem molhada; outros, porém, afirmam que o ideal é iniciar seu cultivo bem no início das chuvas, em outubro, a fim de aproveitar que a terra ainda está “quente” e isso é, segundo eles, bom para o cultivo. As principais variedades cultivadas pelos agricultores são *brasilinha*, *mulatinha* e *manteiga*.

As ramas para o plantio não são compradas, sendo utilizadas as melhores cepas da safra anterior. Isso para eles tem um duplo sentido: avaliam as ramas que possuem pelos seus critérios de qualidade e não têm qualquer dispêndio com a compra da rama de maníba.

¹¹ Sementes crioulas são aquelas que melhor se adaptam às regiões onde ocorrem, sendo aperfeiçoadas por meio da seleção natural. Historicamente, populações tradicionais têm conservado, selecionado e melhorado essas sementes, por meio do uso e troca (ZIEMBOWICZ et al., 2007).

O processamento da mandioca permite a obtenção de vários produtos, como a puba, a farinha, o beiju e a tapioca, consumidos pelas famílias e também comercializados no mercado local. A produção dos agricultores do rio dos Cochos de farinha, beiju e tapioca, é encontrada na feira de Januária. Já a puba é matéria-prima vendida a algumas padarias da cidade, para a fabricação de bolos (PPJ, 2009).

O feijão é parte essencial na lavoura das famílias e o plantio é feito em março e julho. É preciso lembrar que o plantio de feijão-de-arranque (*Phaseollus vulgaris*) e o feijão-catador (*Cajanus cajan*) são diferentes. Para o feijão-de-arranque, cultiva-se a variedade carioquinha, que requer um terreno mais “enxuto”, segundo os agricultores. O plantio é feito em áreas de vargem, que se localizam próximas aos brejos, apresentando umidade maior que outras áreas. Segundo Jacy Borges, “é uma terra fresca durante o ano todo, mas não chega a encharcar como o brejo” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)¹².

Já o feijão-catador é plantado somente nos terrenos *mais altos*, sendo um tipo de “feijão das águas”, pois é semeado somente no período da chuva; planta-se em novembro e é colhido em janeiro. Esse cultivo é de grande importância para as famílias, tanto no que se refere à segurança alimentar quanto à comercialização. O feijão-de-arranque é utilizado para consumo humano e comercialização. Já o feijão-catador, segundo dos agricultores, é utilizado para alimentação das famílias quando está novo e, depois de velho e endurecido, é utilizado para alimentar animais, especialmente galinhas. A comercialização é feita no mercado local, na feira livre de Januária (PPJ, 2009).

A cana-de-açúcar completa a lavoura básica. Ela é plantada em terra de cultura e em áreas de brejo. Nas terras de cultura só é possível plantar nas épocas das chuvas, iniciando o plantio em outubro, podendo a colheita ser feita em, aproximadamente, dezoito meses após o plantio. Já o plantio em área de brejo é possível realizar durante todo o ano, quando a família dispõe de brejo e não enfrenta restrições por parte das agências ambientais, o que, nos últimos anos, tem sido bastante raro.

As variedades plantadas são a *ceó* e a *açucarina*. A primeira é utilizada por ser uma variedade mais resistente e doce e a segunda tem boa adaptação em terras consideradas *fracas* pelos agricultores. A qualidade da cana está ligada também ao tipo de solo em que é plantada.

De acordo com senhor Vicente Souza, da comunidade de Roda d'Água,

“a cana mais doce é típica de terra mais seca, cana menos doce a terra é mais molhada. A cana deve ser cortada todo ano para ficar doce e boa para a fabricação de cachaça. Cana seca não tem garapa nem álcool. Cana que oferece boa quantidade de álcool precisa estar sadia” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009)¹³.

Essa produção se destina, basicamente, à fabricação de rapadura e cachaça, que são comercializadas nas próprias comunidades do rio dos Cochos e também são trocadas por outros produtos; a rapadura é, sobretudo, para consumo doméstico. A lavoura serve para alimentação humana e animal. Em outros cultivos, porém, como o coco-da-baía e o urucum, a produção se destina prioritariamente à comercialização.

¹² BORGES, Jacy. Comunidade de São Bento. Januária/MG. 2009

¹³ SOUZA, Vicente. Comunidade de Roda d'Água. Januária/MG. 2009.

A horticultura no rio dos Cochos pode ser dividida em dois perfis bem distintos: horta doméstica e horta comercial. A primeira se destina essencialmente ao consumo familiar, sendo feita nos quintais domésticos, no tempo da *seca*. Os principais gêneros cultivados são couve, cheiro-verde, pimentão, cebola, alho, pepino, tomate, alface, almeirão, maxixe e quiabo.

Já a horticultura comercial se destina ao mercado local – feira livre de Januária. Esse tipo de atividade foi identificada como sendo realizada por apenas um dos agricultores entrevistados, que cultivava tomate, pimentão, mandioca para mesa, milho verde, batata doce, maxixe, abóbora, pepino, alface, couve, cheiro verde.

O cultivo desses gêneros é feito em uma área de 2 hectares. Trabalham com o agricultor cinco pessoas durante todo o ano. O dia que antecede à feira, às sextas-feiras, contrata mais dois ajudantes para colher a produção¹⁴.

A produção de coco-da-baía e urucum é voltada, primordialmente, para a comercialização. O primeiro se destina ao mercado local, sendo comercializado *in natura* na feira de Januária e na cidade. O urucum é comercializado no mercado local e regional, na feira livre de Januária e em supermercados da região.

O coco é plantado durante todo o ano e a colheita também pode ser feita durante o ano. Em anos de pouca chuva, a produção é menor, segundo os agricultores. Já o urucum pode ser plantado durante o ano todo, mas sua colheita fica restrita à época das chuvas, quando saem as flores. O plantio é feito, na maioria das vezes, com vistas ao mercado. Alguns agricultores comercializam a produção com um intermediário, que realiza o processamento e a posterior comercialização.

Há, ainda, alguns gêneros agrícolas cultivados nos quintais domésticos, como laranja, manga e goiaba. É uma produção importante para o consumo familiar, e em menor escala à comercialização, que é feita na feira livre de Januária.

A lida com o gado é, sem dúvida, outra atividade bastante intensa no rio dos Cochos, seja para fazer poupança, quando de um momento de precisão, seja para garantir o leite e seus derivados para autoconsumo ou comercialização de carne e/ou bezerros (RIBEIRO e GALIZONI, 2005).

O gado da região dos Cochos é adaptado às condições climáticas e alimentares que lhe são possíveis. Os agricultores costumam soltá-los para o pastejo em áreas de gerais, alternando com áreas de terras de cultura. Há uma relação combinada entre a disposição de alimentação e água em diferentes épocas do ano:

o gado passava o inverno nas culturas e o verão nos campos. A época exata variava de um lugar para outro, de um ano para outro, mas entre julho e setembro era costume queimar metade dos campos antes da primeira chuva - a chuva-dos-brotos - porque um mês depois o pasto rebrotaria; o gado então voltaria aos campos, onde ficaria até a quaresma ou as fogueiras do ano seguinte, dependendo da região. No fim da seca, emagrecido nos

¹⁴ É interessante observar que são criadas 5,4 ocupações para 2 hectares, ou seja, 1 ocupação para cada 0,37 hectares. Em termos comparativos a agricultura familiar cria em média 1 ocupação para cada 10 hectares, pecuária de leite 1 ocupação para cada 30 hectares; soja mecanizada 1 ocupação para cada 80 hectares; reflorestamento de eucalipto 1 ocupação para cada 100 hectares; pecuária de corte extensiva 1 ocupação para cada 200 hectares de atividade. Numa comparação limite, a cada vez que fosse substituída uma área de pecuária extensiva por horta, seriam geradas 540 ocupações produtivas (PPJ, 2009, p. 52).

pastos já estiolados da cultura, o gado consertava o peso quando era solto nos campos requeimados. Sem o fogo bianual a rebrota seria mais demorada, e o campo cru, coberto por serrapilheira, ficaria sujeito a incêndios vorazes que consumiriam árvores, atrasariam a safra de frutas nativas e liquidariam a pastagem natural (RIBEIRO; GALIZONI, 2009, p. 63).

A atividade com o gado é eminentemente masculina. Desde criança, os homens aprendem a lidar com ele. Às vezes, ganham de presente, dos pais, uma cabeça de gado, para irem se afeiçoando à atividade, que é passada de geração a geração no núcleo masculino das famílias rurais.

O gado serve à população do rio dos Cochos para quatro situações distintas: autoconsumo, troca, geração de poupança e comercialização. O autoconsumo é tanto da carne quanto do leite e seus derivados, principalmente queijo e requeijão. O processamento dos derivados do leite pelos agricultores possibilita reserva de alimentos, que garante a segurança alimentar.

A atividade com o gado tem ainda outra face: a geração de poupança, embora também possa representar algum risco. Acontece que os agricultores têm gado também como fonte de poupança para uma situação de emergência. É relativamente fácil conseguir vender o gado. Se for no tempo das águas, se consegue vender o gado para outros criadores; caso seja no tempo da seca, é possível a comercialização para abate.

Porém, em anos de seca muito intensa, é comum ver famílias perderem algumas de suas cabeças de gado, o que significa prejuízo monetário, ou seja, perder parte de sua poupança. Por isso a atividade apresenta algum risco (PPJ, 2009).

É muito comum ver, nos quintais das famílias dos Cochos, algumas galinhas e pintinhos, que ficam confinados ou criados soltos. É uma atividade que exige relativamente pouco cuidado com o manejo e pouco espaço físico, não demanda consumo excessivo de água e a alimentação é relativamente barata, incluindo milho, verduras, hortaliças e alguns frutos do Cerrado, como pequi, jatobá e cajuí. Ao contrário do gado, é uma atividade atribuída principalmente às mulheres. Como a criação se encontra nos quintais domésticos, é bastante comum as mulheres assumirem o trato com as galinhas, além da limpeza após o abate. A comercialização realizada nas comunidades também é feita pelas mulheres. Há alguns conflitos entre as famílias vizinhas, devido ao fato de as galinhas irem buscar alimentos fora de seus quintais, encontrando esses alimentos justamente nos canteiros com hortaliças dos vizinhos. Mas, esses conflitos são quase sempre resolvidos amigavelmente, sem maiores constrangimentos para as partes envolvidas.

A maioria das famílias da região do rio dos Cochos cria galinhas para consumo doméstico. A comercialização é feita nas próprias comunidades e, em datas festivas, a demanda aumenta.

Há, porém, uma lida mais especializada, feita por um agricultor da comunidade de Roda d'Água. Aí é exigida uma estrutura produtiva mais aprimorada, como galpão, campânulas, cortinas, bebedouros e comedores, além de as galinhas serem tratadas com dois tipos de ração distintos, ração de crescimento ou ração inicial e ração de engorda. As variedades criadas são máster lize, gauchão, pesadão, carijó, laber rouge, caminhadeiras e malineiras.

Nesse caso, o destino principal da produção é a comercialização via mercado local. A feira livre de Januária é a principal recebedora dessa produção, mas há, ainda, a

comercialização diretamente para consumidores. Mas não apenas o gado e as galinhas compõem o conjunto da criação animal dos agricultores dos Cochos. Há também a criação de suínos, atividade voltada principalmente para o autoconsumo, ficando clara a realização de trocas, doações e comercialização nas comunidades, na feira de Januária e em açougues da cidade. A criação de suínos é importante para a complementação alimentar dos agricultores, além de proporcionar renda quando da venda do excedente da produção.

É expressivo o artesanato no rio dos Cochos, feito, na maioria das vezes, pelas mulheres das comunidades. Esteiras de buriti e de resíduos plásticos são as principais peças. Mas há também a fabricação de balaios e cestas feitas a partir também do buriti. Segundo os agricultores, a técnica de produção das peças utilizando como matéria-prima o buriti é aprendida com os mais velhos das comunidades. Utiliza-se a palha do buriti. As peças são vendidas nas próprias comunidades e no mercado municipal de Januária. Neste último caso, são vendidas a comerciantes que têm lojas no espaço interno do mercado e vendem a produção ao consumidor final.

Já a fabricação de esteiras de resíduos plásticos começou a partir da iniciativa de aproveitamento de sacolas plásticas de supermercados, na tentativa de suavizar a coleta da palha de buriti para o feitiço das esteiras que, segundo os agricultores, estava sendo praticada de forma indiscriminada.

O começo da atividade foi no ano de 2006. Inicialmente, as peças não eram comercializadas. Porém, pessoas das comunidades rurais foram se interessando pela arte e, em 2009, eram comercializadas peças nas comunidades rurais e no mercado municipal de Januária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a maneira como a produção da agricultura familiar entra em diferentes mercados significa pensar em todas as relações construídas pelos agricultores familiares: seu conhecimento, sua interação com os recursos naturais, suas estratégias de reprodução social, sua divisão de trabalho e suas formas organizativas. Sem essa compreensão, o resultado será ações voltadas eminentemente às questões produtivas para a comercialização da produção da agricultura familiar.

No caso aqui estudado, é preciso compreender, conhecer e relatar a experiência do rio dos Cochos, que serve de exemplo para outras experiências que ocorrem no Brasil, no que diz respeito à conservação dos recursos naturais aliada à produção praticada por agricultores familiares. As iniciativas locais, criadas a partir da organização dos agricultores, é a sustentação para as demais atividades, já que parte de uma demanda local, de uma situação específica que determinada população vive. Essas experiências devem ser relatadas não pelo sucesso ou insucesso, mas pelo que representam para a sociedade e, no caso aqui estudado, o campo teórico e prático da gestão social.

Para iniciativas que apoiem experiências de comercialização, como a do rio dos Cochos, baseada na cultura, na organização local dos agricultores, na perspectiva de aliar produção à conservação ambiental, é fundamental compreender como essas relações são construídas. Daí, a importância do conhecimento científico aliado ao saber tradicional, ou seja, a academia colaborando no aprofundamento dos estudos nessa área e na divulgação desses resultados; o conhecimento dos agricultores sustentando este

estudo para que seja condizente com a realidade, numa via de mão dupla, em que um conhecimento sustenta o outro.

A inserção da produção agroextrativista dos agricultores familiares tem uma lógica específica que extrapola as questões eminentemente econômicas, e boa parte de políticas públicas e de desenvolvimento da agricultura familiar desconsidera isso, focando somente nas questões produtivas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 131 p.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991. 251 p.

COELHO, M. A.T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 272 p.

CORRÊA, C. H. P. **História oral: teoria e técnica**. Florianópolis: UFSC, 1978. 91 p.

COSTA, J. B. A. Cultura, natureza e populações tradicionais: o norte de Minas como síntese da nação brasileira. **Revista Verde Grande**, Montes Claros, v. 1, n. 3, p. 8-45, 2005.

D'ANGELIS, S. J.; DAYRELL, C. A. Ataque aos cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. **Caderno do Centro de Estudos e Ação Social**, Salvador, n. 222, p. 45-62, abr./jun. 2006.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. 1998. 212 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Internacional de Andalucia, La Rábida, 1998.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 94 p.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais**. 2005. 192 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. 323 p.

GODOY, S. A. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. 163 p.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 166 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

LAMARCHE, H. (Coord). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1998. v. 2, 348 p.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookmam, 2001. 719 p.

NÚCLEO DE PESQUISA E APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR JUSTINO OBER. **Relatório de Pesquisa CNPq, 2009**. Lavras: UFLA, 2009. 72 p.

PEREIRA, A. E. **Memorial Januária: terra, rios e gente**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004. 640 p.

PIERSON, D. **O homem no vale do São Francisco**. Rio de Janeiro, 1972. Tomo I, 347 p.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 10. ed. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2007. 390 p.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Expansão da agropecuária e terras comuns: quatro casos nos cerrados de Minas Gerais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 63., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005. p. 1-19.

RIBEIRO, E. R.; GALIZONI, F. M. Nota sobre mercados e empreendimentos das populações rurais tradicionais em Minas Gerais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. 1 CD-ROM.

RIBEIRO, R. F. **Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 480 p.